

SOCIALISMO

Nas sociedades industriais dos últimos dois séculos, as concepções sociais e políticas que puseram a tónica na evolução humana, no sentido da igualdade, formal e substancial, entre cidadãos e na solidariedade cívica, por contraponto à consideração predominante da liberdade económica centrada no mercado, reivindicaram-se da designação *socialista*. Desde as escolas utópicas do início do século XIX, até aos programas social-democráticos da segunda metade do século XX, encontramos diversas leituras, nem sempre convergentes mas complementares, que apontam para a necessidade de um contrato social que garanta um compromisso entre a autonomia individual dos cidadãos, a emancipação cívica, a solidariedade e a cobertura dos riscos sociais inerentes à industrialização de massa e à globalização. Se percorrermos a literatura utópica ou os primeiros textos que apelam ao *Socialismo* - de Thomas Morus a Owen, passando por Saint Simon, Fourier, Louis Blanc ou Proudhon - verificamos que há neles sempre uma ideia ligada à resposta às injustiças sociais, o que leva Durkheim a falar desse anseio como um “grito de dor”.

O *Socialismo* surge como um impulso ético. Robert Owen (1771-1858), um industrial defensor das ideias de emancipação dos operários e de cooperação, que levou à prática, nas suas fábricas, experiências preconizadas pelos utopistas, foi o primeiro a utilizar o termo, num opúsculo de 1841, intitulado “What is Socialism?”. Para Owen, seria necessário garantir “a harmonia entre a sociedade e a natureza” - designando como “New Harmony” a comunidade que fundou nos Estados Unidos. Perante as injustiças e os exemplos de desumanidade do início da industrialização, com o cortejo de violação dos mais elementares direitos humanos em relação ao factor trabalho - a exploração infantil nas minas, a degradação salarial, a ausência de apoios aos trabalhadores desempregados, a carência de seguros sociais, a falta de condições de higiene e de acompanhamento médico -, compreende-se que os primeiros projectos programáticos do *Socialismo* tenham cabido às iniciativas voluntárias, ora de empresários (como Owen), ora de cooperadores (como os companheiros de Rochdale), ora de activistas políticos (como o movimento cartista, empenhado na organização dos trabalhadores e na conquista do sufrágio universal, ou a *Sociedade Fabiana*), ora de associações de classe (primeiros sindicatos e movimento trabalhista).

Depois desse movimento ético-político, deparamo-nos com a organização “científica” do movimento. Claude de Saint Simon (1760-1825) analisou a sociedade segundo a distinção entre laboriosos e não laboriosos, propondo-se reorganizá-la a partir de uma elite de sábios e da prioridade atribuída a critérios centrados nas

ciências e tecnologias. Os engenheiros e os sociólogos seriam os agentes fundamentais de transformação da sociedade. Ferdinand de Lesseps (1805-1894), o promotor da construção dos grandes canais, ou Augusto Comte (1798-1857), cultor das novas ciências sociais, foram discípulos de Saint Simon. E, se é certo que o “Novo Cristianismo” saintsimoniano está na encruzilhada entre o Socialismo utópico e um novo Socialismo de base científica, não é menos verdade que aí encontramos os ingredientes que vão estar presentes nas diversas leituras socialistas que vamos encontrar ao longo do industrialismo ocidental.

O *Socialismo científico* corresponde à tentativa de compreensão dos fenómenos sociais, numa perspectiva de evolução necessária no sentido da justiça. Tratar-se-ia de utilizar os antagonismos que dominam as sociedades industriais para que as transformações se tornassem inevitáveis, atribuindo progressivamente às classes oprimidas a consciência do seu papel histórico. O Socialismo passou a contrapor-se, nessa lógica, ao Capitalismo, enquanto sistema económico. Mas o Capitalismo não é o primeiro sistema económico conhecido na história. Precederam-no outros “modos de produção”: o comunismo primitivo, o escravagismo e o feudalismo. Segundo uma perspectiva determinista, o escravagismo teria engendrado o feudalismo e o feudalismo teria originado o capitalismo. A história corresponderia, assim, a uma perpétua transformação das sociedades humanas, e a causa deste movimento perpétuo de emancipação seria o desenvolvimento da técnica dos instrumentos de produção. O “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848, redigido por Karl Marx (1818-1883) e por Friedrich Engels (1820-1895), põe a tónica nesta análise. K. Marx fora aluno de Direito da Universidade de Berlim, onde tivera como professor Hegel, que o influenciara decisivamente no uso do método dialéctico, tendo ainda sido um leitor atento e um admirador confesso de Saint Simon. Segundo os autores do “Manifesto”, os progressos técnicos pressionariam os movimentos sociais. E haveria uma incompatibilidade entre o desenvolvimento das forças produtivas e a forma capitalista da sua utilização. Nesta perspectiva, as contradições sociais e a luta de classes determinariam o fim do modo de produção capitalista, cabendo ao proletariado a função decisiva nessa transformação.

O Socialismo não se resumiu a esta concepção científica e determinista. No entanto, sobretudo na Europa continental, os movimentos de trabalhadores, desde os fins do século XIX, foram profundamente influenciados por esta concepção científica, que se digladiou, por exemplo, com o pensamento libertário de P.J. Proudhon (1809-1865). Enquanto as circunstâncias históricas e o determinismo social eram decisivos para os discípulos de Marx (como Karl Kautsky (1854-1938), para quem o fim do capitalismo seria o resultado inexorável do processo histórico e menos das intenções

revolucionárias), a organização voluntária e mutualista dos oprimidos era o método fundamental para as concepções proudhonianas, segundo as quais a ideia de justiça implicaria a luta pela igualdade e contra as raízes da injustiça, como a propriedade. Refira-se ainda que Charles Fourier (1772-1837) e Louis Blanc (1811-1886) também defenderam concepções voluntaristas de emancipação, a partir da organização comunitária das sociedades (falanstérios) e da criação de ateliers sociais. O tema da propriedade privada, fonte das desigualdades e injustiças sociais era, porém, unificador da maior parte das correntes. Por exemplo, Bertrand Russel afirmava, com especial ênfase, que “o socialismo significa a propriedade comum da terra e do capital sob uma forma democrática de governo”.

Além das correntes utópicas e científicas, bem como dos movimentos associativos, trabalhistas e cooperativistas, o século XIX conheceu ainda a corrente intelectual designada como Socialismo catedrático. Teve sobretudo expressão e influência na Universidade alemã, com autores como Karl Rodbertus (1805-1875), Ferdinand Lassalle (1825-1864) e Adolf Wagner (1835-1917). Para estes caberia ao Estado ter iniciativa e apoiar as medidas correspondentes a exigências sociais. As incapacidades do mercado exigiriam uma forte intervenção do Estado. O Chanceler Bismarck fez-se rodear por alguns conselheiros influenciados por esta corrente. O lançamento das bases do Estado Providência e o início da consagração dos Seguros Sociais tem como origem o pensamento desses teóricos. A necessidade de um forte apoio dos trabalhadores não teria apenas como motivação objectivos políticos, mas também económicos, até porque, segundo a “lei de bronze dos salários” formulada por Lassalle, a retribuição dos trabalhadores não poderia descer de maneira duradoura abaixo do valor de subsistência, sob pena de a miséria conduzir à diminuição do número de operários, o que pressionaria, por fim, o valor dos salários no sentido da sua elevação.

As primeiras décadas do século XX viriam a dividir em duas águas as concepções do *Socialismo*. A revolução russa de 1917 abriu caminho a uma experiência histórica de “ditadura do proletariado” - e ao debate teórico sobre se faria sentido uma experiência socialista num só país. Se o Socialismo era um sistema económico que sucedia ao Capitalismo, em obediência ao processo histórico, como poderia haver uma “Ilha” seguindo um sistema diferente, sobretudo considerando o facto de a Rússia não ser um exemplo de maturação capitalista que suscitasse a ilustração do determinismo histórico? No início dos anos vinte, esta experiência teve como consequência cisões no seio dos partidos da Associação Internacional dos Trabalhadores. Nasceram então os Partidos Comunistas, na linha da experiência soviética e das concepções políticas de Lenine (1870-1924), separando-se dos

Partidos Socialistas e Social-Democratas, que se mantinham fiéis à lógica liberal e ao parlamentarismo no funcionamento das instituições políticas.

O “modelo” soviético pressupunha a acção revolucionária e a organização de uma economia de direcção central, baseada na existência de uma autoridade que decidia sobre a alocação de recursos, com vista à satisfação das necessidades colectivas. O dirigismo colectivista tinha, assim, raízes ideológicas no materialismo dialéctico e numa concepção de *processo histórico*, que conduziria a uma sociedade terminal em que cada um receberia de acordo com as suas necessidades. Para chegar a uma sociedade desse tipo haveria que organizar transitoriamente a “ditadura do proletariado”. A N.E.P. da União Soviética (Nova Política Económica, 1921-1927) procuraria dar um espaço de respiração limitado ao sector privado da economia, a fim de superar a contradição russa, entre a ausência de uma economia industrial e de um sistema capitalista, e a impossibilidade de funcionar o determinismo no sentido colectivista. A autoridade coordenadora (Gosplan) decidia sobre as principais actividades económicas. Os consumidores adquiriam os bens e os serviços que essa autoridade permitisse adquirir. Os produtores forneciam os bens e serviços, e recorriam aos factores de produção, segundo o método da planificação. Os recursos eram, em regra, propriedade da autoridade coordenadora em nome da colectividade. Através da planificação definiam-se os objectivos de produção e de consumo - numa lógica em que o Estado dirigia toda a economia e a organização da produção estaria nas mãos de funcionários e não de empresários, sendo a livre contratualização entre sujeitos económicos substituída por procedimentos administrativos que assegurariam a execução do Plano. O Estado seria, deste modo, o principal proprietário de recursos e factores de produção, não fazendo sentido dar aos sujeitos individuais direitos exclusivos sobre os bens económicos, uma vez que essa função é confiada à autoridade coordenadora.

O Socialismo reformista demarcar-se-ia destas concepções. Como diziam os membros da Sociedade Fabiana, fundada em 1883 por Edward R. Pease, na esfera dos trabalhistas britânicos, seria “preciso reconstruir a sociedade de acordo com o mais alto ideal moral”, mas de um modo empírico, segundo as possibilidades reais de actuação e de transformação. Foi também esta ideia que animou os movimentos revisionistas. A evolução histórica encarregou-se de desmentir alguns dos postulados revolucionários, como os da pauperização crescente da classe operária ou das contradições insanáveis do capitalismo. Edouard Bernstein (1850-1932), testamenteiro de F. Engels, assume-se como “revisionista” e refuta o materialismo dialéctico, em nome da liberdade individual e de um regresso necessário à influência de Kant. Defende as acções operárias e as reformas sociais alcançadas de modo

voluntário e pacífico, por influência dos movimentos sindical e cooperativo. Mais do que o objectivo da sociedade terminal reconciliada, interessava o *movimento*. A energia despendida para fazer aplicar uma reforma teria mais valor do que a espera messiânica de uma revolução ou de uma sociedade final. Para E. Bernstein, o voto democrático e livre e a expressão dos movimentos da sociedade permitiriam obter reformas que, anteriormente, teriam exigido insurreições sangrentas. O sufrágio universal propiciaria, assim, a reforma gradual do capitalismo e a sua superação. A sociedade orientar-se-ia, deste modo, para o Socialismo, não pelo efeito de um determinismo histórico ou económico, mas porque o ideal socialista, fundado em imperativos de ordem moral, seria um sentimento presente em todos os seres humanos. Com Bernstein e as principais correntes reformistas, o *Socialismo* perde o seu carácter de reivindicação de classe, para se tornar numa aspiração a um progresso gradual, mas irreversível, fundado na solidariedade voluntária e no compromisso dos cidadãos.

Na Europa, quer o movimento trabalhista britânico, quer os partidos da social-democracia e do Socialismo reformista do continente, vieram a adoptar este ponto de vista liberal e democrático, em virtude de as primeiras décadas do séc. XX terem posto problemas novos. No final dos anos 20, havia uma profunda depressão económica a combater e os meios clássicos eram insuficientes. É nesse contexto que o belga Henri de Man (1886-1953) proclama a necessidade de renovação do pensamento socialista, defendendo a urgência da aliança do operariado com as classes médias. Como consequência dessa posição, o pensador e activista belga defende a introdução do planeamento económico nas economias capitalistas. As primeiras experiências de participação no Governo de socialistas reformistas tiveram lugar na Alemanha (1918-1920) e na Grã-Bretanha (1924 e 1929-1931), sem resultados assinaláveis. A situação política, económica e social desfavorável e as alianças instáveis estão na base do insucesso.

A partir do início dos anos 30, inicia-se a primeira experiência reformista moderna com êxito. O Partido Social-Democrata Sueco, que já nos anos 20 estivera no Governo em minoria, sob a direcção de Hjalmar Branting (1860-1925), alcança a maioria e forma Governo, presidido por Albin Hanson (1885-1946). São lançadas as bases do Estado de Bem-Estar (Welfare State) e de uma nova política social e económica. Os direitos dos trabalhadores e a assistência social estão na primeira linha das preocupações dos Governos suecos. O Socialismo liberal e reformista assenta numa política clara e ousada de redistribuição de rendimentos, através do sistema fiscal e do intervencionismo do Estado na economia, com respeito pelo sector privado e com incentivo ao sector cooperativo. A igualdade de oportunidades

entre os cidadãos e a correcção das desigualdades tornam-se objectivos prioritários dessa política reformista, sendo prosseguidos em simultâneo com uma política económica criadora de emprego e estabilizadora da conjuntura depressiva. Nos Estados Unidos, a política de Franklin Delano Roosevelt do “New Deal” pôs em prática o intervencionismo público e as receitas económicas de John Maynard Keynes, como forma de combater os efeitos da depressão.

Depois da II Guerra Mundial, diversas experiências socialistas reformistas tiveram lugar, devendo salientar-se, especialmente, o sucesso trabalhista no Reino Unido, que levou o partido de Clement Attlee (1883-1967) ao Governo, entre 1945 e 1951. “A nossa política será de inovação audaciosa com o objectivo, bem definido, de permitir o controlo pela comunidade dos recursos económicos da nação”, disse Attlee, em 1945. Realizam-se várias nacionalizações em nome do controlo do poder económico pelo poder político; lançam-se as bases de uma economia mista; instituem-se o sistema de segurança social e o Serviço Nacional de Saúde. A influência dos relatórios de William Beveridge (1879-1963), de 1942 e de 1944, sobre o “Welfare State” e a segurança social, é decisiva, repercutindo-se na política dos vários Governos europeus no pós-guerra e no conceito de “economia social de mercado”. Na Alemanha, o Programa de Bad-Godesberg do SPD (Partido Social Democrata), de 1959, abriu caminho a uma viragem na orientação do Socialismo Reformista, definindo um projecto interclassista, aberto a diversas influências e centrado numa actuação assente num compromisso entre a liberdade económica e a solidariedade social.

Fora do campo reformista houve, desde cedo, por parte do regime soviético, a tentativa de alargar a sua influência política à Europa: por acção da Internacional Comunista (Komintern) e pela existência de uma zona geográfica de influência na sequência da Guerra. Depois de 1945, a Europa central e de leste sofre decisiva influência do modelo soviético, enquanto se desenvolvem, fora da Europa, as Revoluções comunistas nacionais. Refira-se o marxismo chinês, determinante na génese e desenvolvimento da revolução de Outubro de 1949, sob a direcção de Mao Zedong (1893-1976). O modelo sobreviveu à morte do seu fundador e à queda do regime soviético - possuindo um forte sentido pragmático, adaptado às características culturais chinesas e à evolução da economia mundial. Cite-se ainda a experiência jugoslava, sob a direcção de Josip Broz Tito (1892-1980), cedo demarcada do modelo soviético, centrada num modelo original de autogestão que, porém, muito pouco sobreviveu ao desaparecimento do seu fundador. Por fim, temos o caso cubano, cuja revolução foi lançada por Fidel de Castro (1927) e Ernesto Che

Guevara (1928-1967), e que hoje procura manter fidelidade aos princípios do colectivismo.

Nos últimos anos, com a presença no Governo dos países da Europa de partidos socialistas liberais e sociais-democratas reformistas – designadamente na Europa do Sul, como em Espanha, França, Reino Unido, Grécia, Itália e Portugal –, assistiu-se a um importante movimento de renovação. À crise do Estado Providência, diagnosticada por Jurgen Habermas ou Pierre Rosanvallon, e às dúvidas inerentes ao fim da guerra fria (1989), sucedeu, nos anos noventa, uma nova vaga de experiências do reformismo social-democrata e trabalhista. Anthony Giddens propôs uma nova perspectiva da esquerda democrática, a “Terceira Via”, por contraponto à nova direita e à velha esquerda, retomando algumas preocupações e propostas do Socialismo liberal, de Carlo Rosselli (1899-1937), no sentido da superação dos dilemas da globalização, do individualismo, da cultura de serviço público e da protecção do meio ambiente. Os valores do moderno Socialismo ligam-se à igualdade, à protecção dos mais vulneráveis, à liberdade como autonomia, à inexistência de direitos sem responsabilidades, à ausência de autoridade sem democracia, ao cosmopolitismo pluralista bem como a uma atitude de respeito pelas tradições sociais e pelos factores de coesão, como a família. Estes valores exigem, segundo Giddens, um novo entendimento da igualdade como a outra face das diferenças, propondo a diferenciação positiva nas políticas sociais, designadamente para responder à crise do Estado de Bem-Estar, e uma forte aposta na governação global do mundo, segundo critérios de equidade e justiça, contra o fundamentalismo do mercado. Para Monique Canto-Sperber, o Socialismo actual surge como a consumação do liberalismo. Trata-se de garantir a liberdade na vida de todos, a começar nos mais pobres. Assim, a recusa da utopia e da ideia de vitória incerta, a defesa da individualidade das pessoas e dos cidadãos, o primado da valorização e da qualificação (educativa e cultural) das pessoas (como defendeu Anthony Crosland), a ligação entre liberdades iguais e direitos, a redefinição das funções de um Estado regulador e de uma União Europeia próximos das pessoas e sujeitos à prestação democrática de contas, a compreensão da sociedade civil como sociedade conflitual, a ligação entre o socialismo ético e o valor do pluralismo, constituem factores novos, que obrigam ao repensar dos objectivos socialistas, à luz das alterações da sociedade e da política e dos riscos de fragmentação social e de crise dos modelos de coesão social.

Guilherme de Oliveira Martins

→ Democracia, Direita/Esquerda, Estado Providência, Igualdade, Marxismo, Utopia.

Bibliografia

- Aron, R. (1965), *Démocratie et Totalitarisme*, Gallimard, Paris.
- Bergounioux, A. (et Manin, B.) (1989), *Le Regime Social-Démocrate*, PUF, Paris.
- Bernstein, E. (1899), *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* (trad. fr.: 1974, *Les Pressupposés du Socialisme*, Seuil, Paris).
- Canto-Sperber, M. (avec Urbinati, N.) (2003), *Le Socialisme Libéral, Une Anthologie: Europe-États-Unis*, Esprit, Paris.
- Crosland, C.A.R. (1951), *The Future of Socialism*, Cape, London.
- Dahrendorf, R. (1961), *Gesellschaft und Freiheit, Zur Soziologischen Analyse der Gegenwart*, Piper & Co.
- Favre, P. e M. (1970), *Les Marxismes après Marx*, PUF, Paris.
- Gamble, A. (and Wright, T.), (1999) ed. *The New Social Democracy*, Blackwell, Oxford.
- Giddens, A. (1998), *The Third Way, The Renewal of Social Democracy*, Polity Press.
- Julliard, J. (1985), *La Faute à Rousseau*, Seuil, Paris.
- Lefranc, G. (1971), *Le Socialisme Reformiste*, PUF, Paris.
- de Man, H. (1974), *Au-delà du Marxisme*, Seuil, Paris.
- Moch, J. (1960), *Socialisme Vivant*, Robert Laffont, Paris.
- Philip, A. (1969), *Les Socialistes*, Seuil, Paris.
- Popper, K. R. (1945), *The Open Society and Its Enemies, vol. I, – The Spell of Plato; vol. II – The High Tide of Profecy; Hegel, Marx and the Aftermath*, Routledge, London.
- _____ (1974), *Unended Quest, An Intellectual Autobiography*, Fontana, London.
- Radice, G. (1965), *Democratic Socialism*, Londres.
- Rawls, J. (1971), *A Theory of Justice*, Harvard.
- Rosanvallon, P. (1981), *La Crise de l'État Providence*, Seuil, Paris.
- _____ (1985), *Le Moment Guizot*, Gallimard, Paris.
- Rosselli, C. (1930), *Le Socialisme Libéral*, trad. fr., Valois, Paris.
- Sassoon, D. (1998), *One Hundred Years of Socialism*, London.
- Sen, A. (1987), *Éthique et Économie*, PUF, Paris.
- Walzer, M. (1983), *The Spheres of Justice*, Basic Books.
- Wright, T. (1996), *Socialisms. Old and New*, Routledge, London.